

A importância da taxonomia verde para potencializar os investimentos na sustentabilidade

Transforma.ai

Sustentabilidade é um termo presente há décadas no dia a dia de todos os setores que movem o planeta, atuando de forma transversal, integrando-se e transformando as práticas e conceitos em sua abordagem tradicional, a fim de abranger uma visão sistêmica da produção e reprodução de capital em que o meio ambiente também faz parte da equação. O setor econômico, portanto, é um dos que incorporaram e aplicaram esse conceito, uma vez que é influenciado por ele em múltiplas frentes. Por exemplo, se por um lado as atividades financeiras são aquelas que impactam os meios de produção e conseqüentemente afetam os recursos naturais, por outro empresas e organizações que atuam na proteção ambiental e no combate às desigualdades sociais também precisam de investimentos para seus projetos sustentáveis.

A consciência da relação entre capital e sustentabilidade é crescente em todo mundo, e, com isso, surge também a necessidade de padronização de conceitos e frameworks para que não só as discussões mas também as transações nessas bases possam ser feitas em um alinhamento transparente e, quando possível, equivalente de métricas e processos. Um dos caminhos que está sendo utilizado para isso é por meio da criação de Taxonomias Verdes, que definem de acordo com um framework determinado (seja ele geográfico, econômico, setorial etc) os critérios de classificação de ativos, tecnologias e/ou atividades que, dentre outras aplicações, também pode ser uma régua importante para nortear cada vez mais os investimentos em projetos socioambientais. A ideia é que ao identificar atividades que de fato possuem benefícios sociais, ambientais e ou climáticos que possam ser medidas e verificadas, os projetos sejam contemplados com tais recursos.

O papel de uma Taxonomia Verde para a estruturação de Investimentos Sustentáveis

Parece simples, mas a dinâmica é bem complexa. Para nós da Transforma.aí, que trabalhamos em parceria com empresas na implementação e no monitoramento de projetos socioambientais, nossa posição é clara como agentes de desenvolvimento e promoção de atividades sustentáveis no campo. Mas os critérios para a alavancagem das Finanças Sustentáveis, que passa pela criação de uma Taxonomia Verde, têm uma gama de variantes para definir como podem ser estruturadas operações com adicionalidades socioambientais e climáticas e como os recursos financeiros podem ser distribuídos para alcançá-los.

Esses critérios geralmente envolvem uma avaliação abrangente dos riscos relacionados às novas atividades econômicas almejadas no meio ambiente, comunidade e clima, em diferentes escalas, assim como a descrição dos indicadores que serão considerados para a mensuração do impacto positivo junto com a afirmação da não ocorrência de quaisquer com impacto negativo, e caso o mesmo ocorra, uma descrição de como será mitigado. O escopo dessa avaliação deve ser estruturado levando em conta fatores como a mitigação das mudanças climáticas, a preservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de uma economia circular. Um dos complicadores é a carência constante de base de dados abrangentes e confiáveis e informações granulares para uma análise mais precisa desses riscos e, conseqüentemente, de projetos e investimentos mais assertivos para endereçar e atingir um benefício metrificável e um impacto real.

Benefícios da Taxonomia Verde

Apesar das complexidades, a série de benefícios que a Taxonomia Verde propõe ao trazer alinhamentos, transparência e confiabilidade a produtos e investimentos que contribuam para uma transição a um novo modelo econômico, compensa o esforço.

Um dos fatores mais importantes da definição clara dos critérios de classificação e da estruturação de investimentos que possam realmente ser considerados sustentáveis é evitar o Greenwashing, que pode ser compreendido como a prática enganosa de alguma atividade travestida de sustentável para receber os recursos direcionados a esse mercado.

Ao estabelecer padrões e estruturas comuns também é facilitada a criação de mecanismos para a transparência de dados e informações, a rastreabilidade de recursos, a identificação e a comparabilidade de projetos e ativos sustentáveis, o direcionamento de investimentos para ações socioambientais com redução de riscos e o engajamento junto ao mercado financeiro na direção da sustentabilidade entre outras benesses.

Em seu artigo [“Por que o Brasil precisa de uma Taxonomia Verde”](#), a diretora executiva e técnica da SIS – Soluções Inclusivas Sustentáveis, Luciane Moessa, reforça que as taxonomias têm mais impacto quando nascem de órgãos oficiais, com uma padronização em toda a economia e geografia, uma vez que: “Ao coletar dados concretos, é possível comparar empresas do mesmo setor, e ainda levar em conta a localização, quando ela for relevante (como em caso de impactos em cursos hídricos, na flora e fauna, nas comunidades adjacentes)”, defende Moessa.

Taxonomia Verde no mundo

Neste momento, vários países e ou regiões já possuem e estão em diversas fases de implementação e discussão se suas Taxonomias Verdes. A União Europeia, por exemplo, foi pioneira nesse trabalho e tem uma classificação própria e vigente para todos os investimentos em seus países membros desde junho de 2020.

Na Ásia, Bangladesch, Mongólia e China também estão construindo as suas. Na América Latina, Colômbia, México, Costa Rica e Brasil já possuem suas primeiras versões de Taxonomias, e vários outros países estão discutindo os primeiros passos para a construção de metodologias que possam estar alinhadas regionalmente. É sabido que outros países estão em fase de desenvolvimento, como é o caso da Rússia, África do Sul, Cazaquistão, Malásia, Singapura e Canadá, entre outros.

Mesmo sem um consenso sobre a viabilidade e necessidade de uma Taxonomia Verde global, esses exercícios individuais de cada país são de fundamental importância para o amadurecimento das análises, identificação de pontos de melhorias e evoluções teóricas e temáticas para sustentar um modelo de Economia Verde real.

Taxonomia verde no Brasil

Aqui no Brasil, a Febraban – Federação Brasileira de Bancos – possui, desde 2015, uma metodologia de mensuração de ativos de crédito, com base nos CNAES – Classificação

Nacional de Atividades Econômicas, destinadas a setores da Economia Verde e com impacto ambiental. Em 2020, essa metodologia foi revisada, inclusive com um período de consulta pública à sociedade, e divulgada uma nova classificação denominada Taxonomia Verde, que continua a visualizar as atividades econômicas pelo CNAE sob a ótica socioambiental, mas a partir desse momento incluindo também a dimensão climática a partir dos setores definidos nas recomendações da TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures).

Desde então, alguns bancos brasileiros utilizam dessa metodologia para criar suas estratégias de finanças sustentáveis. “Porém, a ausência de padronização [nacional] inviabiliza comparar as contribuições de cada um deles para objetivos de sustentabilidade. E não basta classificar atividades com impactos positivos, é fundamental fazer o mesmo quanto aos negativos”, pondera Luciene Maessa no artigo supracitado.

Em nível Brasil o assunto já está em discussão, inclusive no âmbito legislativo com uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados que ocorreu em junho/23 para tratar do projeto de lei 2838/2022, que estabelece normas e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da Taxonomia Verde. O PL é de autoria de Luciane Moessa com apoio do IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Já no âmbito executivo, “19 ministérios têm estruturas ligadas à sustentabilidade e 28 pastas têm interfaces diretas com essa agenda”. A afirmação foi feita pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em sua participação na Febraban Tech 2023, em junho. Ela aposta no tripé agricultura de baixo carbono, infraestrutura sustentável e bioenergia para consolidar o Brasil no mercado verde, anunciando que o seu Ministério em conjunto com os Ministérios da Fazenda, da Agricultura e da Indústria e Comércio estão preparando uma regulação para o mercado de crédito de carbono. “O sistema financeiro vai encontrar muitas pequenas empresas e startups que precisam de investimento para avançar. Tenho trabalhado para que haja uma abertura aos produtos bioeconômicos no mercado”, finalizou Marina.

Transforma.aí na outra ponta

No final de seu artigo, em consonância com a ministra Marina Silva, Moessa diz que o objetivo final da Taxonomia Verde é fazer com que os investimentos sejam mais direcionados aos projetos e atividades sustentáveis. E é nessa ponta que a Transforma.aí se encontra, atuando há mais de 15 anos na gestão estratégica de investimento social privado e promovendo a integração entre empresas, governo, organizações sociais e comunidades.

Só para citar algumas de nossas atuações, trabalhamos em parceria com a Suzano na realização e gestão do Edital de Ideias e Negócios e Carta Convite para apoiar o empreendedorismo local nas comunidades de São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo, com a Nexa no programa Gente Cuidando das Águas nas cidades mineiras de Vazante e Morro Agudo, onde promovemos o conhecimento da bacia hidrográfica da região por meio da educação ambiental, e com a Statkraft no centro-norte da Bahia, com o suporte técnico ao Programa Ventos da Gente com projetos educacionais, socioambientais e de desenvolvimento econômico e organizacional.

Falar especificamente de uma área de atuação como sendo prioritária num país com tamanha diversidade sociocultural como o Brasil seria deixar de lado a necessidade de que todo e qualquer investimento em desenvolvimento local e humano precisa, inevitavelmente, de um mapeamento prévio das principais demandas e necessidades observadas naquele território. Por isso trabalhamos com planejamento estratégico para que a destinação de recursos que considerem o desenvolvimento de programas estruturantes em territórios com alta vulnerabilidade social garanta não só a real mensuração do seu impacto a curto, médio e longo prazo, mas a possibilidade do investidor em acompanhar a destinação dos recursos com transparência e governança.

A escuta ativa das comunidades e territórios envolvidos pode atrasar, sim, o cronograma estabelecido pelo mercado financeiro, mas o investimento paciente evita projetos que não condizem com as realidades locais, o duplo trabalho e a não apropriação dos recursos pelas comunidades envolvidas. O risco de investimentos altos em programas sem aderência ou sem mapeamento e escuta preliminar traz prejuízos para todas as partes envolvidas, investidores, empresas, organizações locais, poder público e comunidades.

Temos uma bagagem que nos certifica como agentes da sustentabilidade. Que a taxonomia verde seja bem-vinda e que se estabeleça bem para que os investimentos sejam direcionados corretamente para quem, como nós, atua pela preservação ambiental, pela educação para todos, pela redução das desigualdades sociais, pelo fortalecimento das comunidades e pela melhoria da qualidade de vida para todo mundo.

